

TEXTO: Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH

Fernanda Lapa - Diretora-Executiva

Bom dia. Meu nome é Fernanda Lapa e sou diretora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos. O IDDH é uma organização da sociedade civil que trabalha faz 18 anos com advocacy internacional e com a formação de defensoras e defensores de direitos humanos para o fortalecimento do espaço cívico no Brasil.

Acompanhamos a Revisão Periódica Universal a partir de sua criação e, desde o início do 3o ciclo da RPU em 2017, o IDDH coordena a maior coalizão nacional que monitora a implementação das recomendações feitas ao Brasil: O Coletivo RPU Brasil.

O Coletivo RPU Brasil já elaborou três relatórios de monitoramento durante este Ciclo. Um de meio período, outro atualizando a situação dos DHs durante a pandemia e o último, neste ano, que avaliou todas as 242 recomendações feitas ao Brasil. Todos esses relatórios com as planilhas de dados e avaliação estão disponíveis em nosso website. Este último, foi dividido em 11 capítulos temáticos e as senhoras e senhores podem verificar aqui suas capas e temas principais. Os cards à mesa ao lado contém informações sobre os capítulos e tem QR Code para terem acesso a todo este material, inclusive sugestões de recomendações ao Brasil.

A análise geral na avaliação do Coletivo RPU Brasil indica uma gravíssima situação: quase metade (46%) de todas as recomendações, além de não terem sido implementadas, estão em retrocesso. Ao somar-se a um terço (35%) das que estão em constante pendência, chega-se a 80% delas sendo descumpridas. Logo, em nossa avaliação, somente 17% das recomendações feitas em 2017 estão sendo implementadas parcialmente e apenas uma tem sido cumprida.

Minhas colegas e meus colegas ao redor de vocês e aqui à mesa, que vieram à Genebra para dialogar, irão apresentar mais dados sobre os grupos mais afetados nesses retrocessos de direitos humanos. E, eu, no resto do meu tempo, darei destaque a 3 pontos: direito das mulheres; igualdade de gênero e Educação.

Gostaria de iniciar destacando um direito que afeta diretamente a vida de todas as Mulheres: a saúde sexual e reprodutiva. É notório nos dados a diminuição do acesso às mulheres brasileiras a esses direitos. Como exemplo, o orçamento do Ministério da Saúde para anticoncepcionais foi cortado em 17% em 2020 e a posição do Governo Federal é

abertamente contra os direitos reprodutivos, inclusive tendo no Poder Legislativo projetos que criminalizam as hipóteses do aborto já previstos em lei.

A violência de gênero aumentou significativamente. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cerca de **4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente** com tapas, socos ou chutes. Isso significa que a cada 1 minuto, 8 mulheres foram espancadas no Brasil durante a pandemia de coronavírus. Desde 2020, houve um **aumento significativo nas denúncias de violência contra a mulher** e um crescimento de 54% no número de feminicídios, em que as mais atingidas são as mulheres negras, pobres e adultas.

Já em relação às pessoas trans, somente no ano de 2021, **tivemos pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans**, sendo 135 travestis e mulheres transexuais, e 05 casos de homens trans e pessoas trans-masculinas.

Quero aqui denunciar, infelizmente, que estamos vivendo no Brasil uma estratégia de desmonte de políticas públicas estruturantes, principalmente aquelas que afetam as populações em maior vulnerabilidade e que aprofundam as desigualdades sociais, raciais, de gênero e econômicas.

São várias políticas, mas vou destacar uma que como professora e educadora me afeta diretamente: os cortes sucessivos no orçamento em todos os níveis de Educação e a eliminação nos currículos escolares da educação em direitos humanos e a educação de gênero, que tem efeitos óbvios: as meninas estão abandonando a escola com mais frequência do que os meninos por alguns motivos como: gravidez precoce, casamento infantil, tarefas domésticas, responsabilidade financeira precoce, violência de gênero em casa, assédio, intolerância e insegurança territorial.

Por isso, viemos aqui, mais uma vez, fazer a nossa parte! Estamos aqui demonstrando nossa expertise ao monitorar a implementação das recomendações e apresentando à comunidade internacional dados reais e não fictícios ou falsos. O que esperamos? Que seus países elaborem recomendações ao Brasil, não somente SMART, mas coerentes e adequadas à nossa realidade atual. E, não parem por aí, depois revisem e cobrem periodicamente em suas outras negociações o cumprimento sério às obrigações em direitos humanos. Esse é um mecanismo que, por ser entre-pares (peer review), a sociedade civil depende de vocês. Contamos com vocês!

Por fim, vamos destacar aqui apenas uma recomendação para cada um dos 3 tópicos abordados, mas não deixem de olhar um relatório específico do Coletivo RPU fazendo

sugestões de recomendações sobre todos os temas e grupos que elegemos como importantes nesse momento.

Recomendações

Saúde e vida digna

Promover a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas, em especial das meninas e mulheres, em toda a sua diversidade, com base em evidências científicas e conforme o ordenamento nacional e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como as Plataformas de Ação de Beijing e do Cairo;

Igualdade de não-discriminação de gênero

Inclusão das pautas LGBTQIA+ no Poder Legislativo e Judiciário, a fim de frear os crimes de ódio e discriminação

Educação, austeridade e discriminação

Retomar o financiamento massivo público em educação pública, diagnosticar as causas do descumprimento do Plano Nacional de Educação e reconstruir os espaços institucionais que foram extintos responsáveis pela construção de políticas educacionais em direitos humanos, ou seja, anti-racistas, anti-sexistas e anti-LGBTfóbicas.

Obrigada e estaremos aqui posteriormente para perguntas e comentários.